

Ecofilosofia: o despertar de uma era definitiva

Fausto Antonio de Azevedo¹, Mariluce Zepter Valença²

“Se não prestarmos atenção nisso, a árvore desaparecerá e o fim do planeta se dará por ressecamento, sem necessariamente um cataclismo, por culpa do homem. Não riam, aqueles que estudaram a questão não pensam nisso sem se apavorarem.”
George Sand¹

“Há momentos de graça na vida; instantes em que temos o sentimento raro de estarmos enfim reconciliados com o mundo.”²
Luc Ferry

Resumo

O ensaio procura caracterizar as dificuldades ambientais presentes como uma decorrência do modo capitalista de organização da vida, sobretudo pelo seu atual *cacete* deformador que é o hiperconsumismo e a acumulação. Procura-se estabelecer algumas raízes da gênese desse comportamento de desvio. Faz-se uma forma de evocação à vida mais racional e salutar, que engloba o respeito à natureza como uma ecosofia e a fortificação de valores humanos de ética e reconciliação.

Palavras-chave: meio ambiente, gestão ambiental, consumo, consumismo.

¹ Farmacêutico-Bioquímico (USP), Mestre em Toxicologia (USP) e Especialista em Saúde Pública (USP). Atuou como Farmacêutico-Bioquímico Toxicólogo da CETESB (São Paulo) e Gerente Técnico do Centro de Recursos Ambientais – CRA (Bahia). Foi Presidente do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento – CEPED (Bahia), Subsecretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, Diretor Geral do Centro de Recursos Ambientais – CRA, Superintendente de Planejamento Estratégico (SEPLAN – Bahia) e Assessor Técnico da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS (Câmara Federal - Brasília). É consultor em Meio Ambiente e autor de livros e artigos em Toxicologia e Meio Ambiente. (azevedo.fausto@gmail.com)

² Arquiteta (UFPE), Especialista em Prática de Planejamento Urbano (Development Planning Unit/University College London) e em Desenvolvimento Urbano e Rural (Universidade Católica de Pernambuco), MBA em Gestão Estratégica de Negócios (Aberdeen Business School/The Robert Gordon University) e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPE). Sócia e consultora da Terra Azul Consultoria Ltda. (Curitiba).

Dificuldades ambientais

Queremos abrir este ensaio a partir da segunda citação feita sob seu título, a do filósofo francês Luc Ferry.

Nela temos o verbo reconciliar, em seu particípio passado, reconciliado. Indo ao dicionário Aurélio Eletrônico versão 3.0, encontraremos que a origem da palavra é latina, *reconciliare*. Reconciliar, como verbo transitivo direto significará: 1. Estabelecer a paz entre: *O mediador não conseguiu reconciliar as potências beligerantes*. 2. Tornar amigos (pessoas que se malquistaram). 3. Restituir à graça de Deus: *A confissão reconcilia os pecadores*. 4. Pôr de acordo, conciliar (coisas que parecem opostas): *É difícil reconciliar idéias novas e tradição*. Como verbo transitivo direto e indireto terá o sentido de 5. Congraçar, harmonizar: *A bondade dos pais acabou reconciliando com a família o filho extraviado*; *"Goethe reconcilia a arte com a vida, reduzindo-as à Natureza, que jamais mente."* (Oto Maria Carpeaux, *A Cinza do Purgatório*, p. 33). Como verbo pronominal quererá dizer: 6. Fazer as pazes; congraçar-se: *Os inimigos reconciliaram-se*; *"curvava a fronte ao peso do remorso, reconciliando-se com a vida e com Deus"* (Coelho Neto, *Obra Seleta*, I, p. 776).

Por que estamos fazendo isso? Por uma questão de valor que desde agora antecipamos: a maior necessidade que nós humanos enfrentamos hoje, no que concerne à qualidade de vida no planeta e uma real perspectiva de vida para as próximas gerações, é a da **reconciliação**. Reconciliarmo-nos com nossa origem, com nossa natureza interior, com nossas limitações, com nossa finitude, com nossa temporalidade. Talvez, sem sermos nostálgicos, mas sendo práticos, exatamente para que se leve adiante nossa presença e nossa tarefa (se é que uma há), estejamos precisando das bases de uma filosofia da reconciliação.

Nesse sentido, e sempre agregando um pouco de poesia, porque a natureza é uma obra poética e viver bem é outra poesia, lembremos alguns versos notáveis do importante

poeta e compositor brasileiro, nascido em Pernambuco, Luiz Vieira, que escreveu na segunda estrofe de *Guarânia da Lua Nova*:

“Saudade,
Bichinha danada
Que em mim fez morada
E não quer se mudar,
Tem gosto de jiló verdinho
Plantado na lua nova do penar
O tempo vai passando
E eu vejo o desejo
Da reconciliação
Meu medo é não saber se ela
Traz no peito a lua nova
Do perdão...”

Hoje, grandes temas da causa ambiental no mundo são: aquecimento global, camada de ozônio, mudanças climáticas, energia, desmatamento e perda de habitat e de espécies animais e vegetais, organismos transgênicos, exportação de resíduos e de processos poluidores, etc. A respeito, queremos citar um trecho de Eduardo Athayde:

“A crise climática é o maior, mais devastador e urgente problema a ser encarado em conjunto pela humanidade, por ser transversal a todos os problemas econômicos, sociais e ambientais.

O aquecimento global desequilibra os ecossistemas e a economia causando impactos na produtividade da agricultura, na saúde e mortalidade humana, gerando escassez e conflitos hídricos, erosões nas zonas costeiras. Potencializa a força das tempestades tropicais, exorbitando prejuízos, mudando rotas de capitais especulativos e fazendo com que populações se desloquem dos seus locais de origem, levando consigo as memórias do patrimônio devastado, do habitat perdido e do tecido cultural local destruído.”³

Todas essas situações apontadas acima ocupam a preocupação de brasileiros esclarecidos quanto a nosso cenário extra-fronteiras, mas a elas se agregam ainda: concessão de florestas, demarcação e homologação de terras indígenas, o polêmico projeto de transposição do rio São Francisco⁴ e questões tópicas (várias) do tipo importação de pneus usados, etc.

Como se vê com absoluta facilidade, tais temas, desde os globais aos regionais e locais, dizem respeito ou são decorrentes da ação humana, do nosso modo de vida. No dia 24 de janeiro de 2006, os principais jornais do país traziam o meio ambiente como matéria de destaque (aliás, notícias negativas a respeito do meio ambiente em jornais são extremamente recorrentes):

- O Estado de São Paulo: manchete de primeira página de 24/01/2008 - *Devastação na Amazônia dispara*
(http://www.estadao.com.br/vidae/not_vid114113,0.htm);
- O Globo, 24/01/2008: *Aumento do desmatamento na Amazônia faz governo discutir políticas de combate*
(http://oglobo.globo.com/ciencia/mat/2008/01/24/aumento_do_desmatamento_na_amazonia_faz_governo_discutir_politicas_de_combate-328177042.asp);
- Folha de São Paulo, 24/01/2008: *Al Gore adverte que aquecimento global é pior que o esperado*
(<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u366471.shtml>).

Apesar de não nos sentirmos desconfortáveis com isso, não se pode negar que a grande dificuldade ambiental da Terra hoje é por conta da presença dos seres humanos. Que como parte da natureza somos legítimos no planeta e fazemos jus à nossa existência, isso não se discute, trata-se de um *direito natural*. O que se deve corajosa e abertamente questionar é até que ponto podemos (ou temos um direito) crescer numericamente como

espécie e explorar os recursos naturais planetários não só para fins de sustentação desta espécie mas, ainda, para acumular excedentes.

Há uma página na grande rede mundial de computadores, conhecida por *O Relógio do Mundo*, que nos dá o alerta (<http://www.poodwaddle.com/worldclock.swf>). Nele, no dia 14 de outubro de 2008, às 10 horas, tínhamos, dentre vários outros, os seguintes dados: população mundial 6.699.865.114 habitantes; espécies extintas 21.249; perdas florestais 10.231.018 ha; óleo bombeado 24.301.724.000 bo; veículos produzidos 57.231.263. Tais números assustam e fazem pensar. De imediato salta a pergunta: até quanto podemos continuar? Trata-se, mesmo, de uma questão quantitativa: até quanto e por quanto tempo? Já longe vai a crença ingênua de que os recursos do planeta Terra sejam infindáveis. Mais longe ainda, para o homem bem informado e sério, está a crença de que a ciência, na hora certa, sempre terá uma solução (mágica só existe nos circos e é mágica, isto é, uma ilusão dos sentidos que produz um ‘fato’ não pertencente ao mundo real).

Tudo quanto estaremos fazendo, neste ensaio, é falar do ser humano e seu projeto de vida. E, mais ainda, como comportamento social e atitude ambiental são entes xifópagos, de impossível cirurgia separatória, posto que, se tentada, sempre um dos dois entes perecerá, vejamos algumas outras manchetes, de janeiro deste ano, tão preocupantes quanto aquelas que tratam dos dramas ambientais que tanto nos afligem:

- Folha de São Paulo, 21/01/2008: *Um em cada 5 jovens não completou o ensino fundamental*⁵
- O País, 30/01/2008: *Por dia, 127 mortes no país*⁶;
- Diário de Pernambuco, 30/01/2008: *Violência migra para o interior do país*;
- O Estado de S.Paulo, 30/01/2008: *Homicídios avançam em regiões desmatadas*

O fato é que duas ações distintas e complementares precisam ser discutidas agudamente por toda a população mundial: de um lado, a necessidade de uma objetiva desaceleração do crescimento populacional e, por outro, formas exequíveis e práticas de redução de consumo a fim de que a pressão sobre os recursos naturais possa ser minimizada e administrada. Inegavelmente qualquer proposta séria de ‘adequação’ de consumo passará, seguramente, por uma ampla revisão de nosso modelo educacional e, também, pela busca de uma filosofia aplicável a *este* tempo presente porque violência, homicídios, baixo nível educacional, destruição ambiental são, aristotelicamente falando, uma única e mesma substância que se repete nessas aparentemente distintas causas formais de qualidade tão negativa e de expressão tão sinistra.

A necessidade humana de consumir

Desde que se fez presente no planeta, depois por ele mesmo chamado de Terra, o ser humano passou a consumir: de início, os recursos naturais; depois outros, para atender suas necessidades de sobrevivência, de conforto, de luxo, de ostentação e de ordem psicológica.

Já de saída comecemos por lembrar que o consumo costuma ser muito bem definido e estudado pelas Ciências Econômicas, envolvidas que estão com a realidade da aquisição de bens (os bens de consumo e os bens de capital e serviços). Nesse prisma, e por definição, consumo é a utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo, uma comunidade, ou uma empresa. Nesse sentido, o consumo representa a etapa última do processo produtivo que se iniciou na fabricação, armazenagem, embalagem, logística, distribuição e comercialização (e produção é ao mesmo tempo consumo, como bem observou Karl Marx, havendo uma relação dialética entre os dois elementos).

Mas outras áreas do conhecimento/vida humanos têm também dado cada vez mais atenção à matéria consumo como, por exemplo, os especialistas e teóricos do ‘marketing’, posto que a propaganda é essencial nas sociedades capitalistas, porque seu papel é criar nos

indivíduos a ‘necessidade’ de consumir certas coisas. O que talvez ainda esteja desbalanceado nessa equação é a quantidade de tratamento filosófico com desdobramento efetivo do assunto (em que pesem algumas reflexões muito importantes).

Passeando-se por dicionários aprendemos que consumo⁷ é o ato ou efeito de consumir; gasto; é a utilização de mercadorias e serviços para satisfação das necessidades humanas. Até aí nada de novo. Mas quando pesquisamos com melhor vontade os resultados do ato de consumir – e olhamos isso de forma menos egoísta, notamos que, se por um lado satisfazemos nossas necessidades e sobrevivemos, nos confortamos – e temos direito a isso (algo como o próprio direito natural à existência), por outro lado (ou por todos os lados...) geramos consequências fora de nós (aquelas que são forjadas dentro de nós deixemos aos psicólogos), que precisamos reconhecer e mensurar, até mesmo pela exata questão da sobrevivência. Tanto extraímos recursos naturais, de toda sorte, quanto adicionamos ao ambiente os produtos finais de nossos processos fabris e de nossos usos. O ambiente, portanto, relaciona-se conosco a um só tempo como doador e o receptor: doa-nos o melhor de si e recebe de nós o nosso pior... (eis aqui um bom ponto para aprofundamento ético).

A literatura técnica especializada (em Biologia, em Ecologia, em Zoologia, em Botânica, em Agronomia, etc.) está farta de nos mostrar que não existe a possibilidade de suporte indefinido para o crescimento populacional humano e o crescimento da vontade de consumo das populações humanas. Cabe observar que o aumento de consumo pode se dar mesmo com a diminuição de uma população porque se trata de matéria quali-quantitativa, referente ao número total de indivíduos que consomem e também a seu padrão de consumo, o que se associa a seu grau de maturidade, consciência e evolução.

Não podemos nos esquivar da sensação de que o grande protagonista desse teatro de horrores que parece prestes a atingir a natureza e a nós próprios, o protagonista, dizíamos, é o próprio ser humano, ou aquilo no que ele se transformou depois de dezenas de milênios de existência e, incrível!, depois dos três mil anos de uso do pensamento, desde a mais magnífica descoberta, ou invenção, da humanidade: a da filosofia⁸. Tivemos que pensar muito, desde os filósofos pré-socráticos, tão preocupados com o próprio mundo natural, até

Sócrates que trouxe para o centro da cena do pensamento humano o próprio homem, até a assunção da confiança nesse homem e na Ciência, na Filosofia Moderna e no Iluminismo, e até a explosão de correntes na Filosofia Contemporânea, que nos levaram à formulação do capitalismo, do pragmatismo, do pragmatismo positivo, e o resultado de todo esse longo (e acumulativo?) processo deu no que deu⁹, pelo menos no que tange às chances ambientais. Algum desvio houve. Alguma falta de controle houve, porque hoje não nos parece que sejamos saudáveis, nem do ponto de vista ambiental, nem do social¹⁰.

Em vez de categorizarmos essa nossa afirmação com dezenas de referências de textos de especialistas na questão ambiental, preferimos transcrever um parágrafo e meio, muito sugestivo, de um texto denominado *Medos de ontem e de hoje*¹¹ (o grifo é nosso) do escritor francês Jean Delumeau¹², doutor em letras e respeitado estudioso do medo humano:

“(...) de certa maneira, o medo é necessário quando se trata de uma sábia antecipação dos perigos, às vezes bem reais, que nos ameaçam. Ora, atualmente muitos dos dirigentes do planeta – chefes de Estado ou dirigentes econômicos – se recusam a olhar lucidamente o futuro e a tomar consciência do desastre ecológico que nos atinge e que diz respeito a todos nós. Desperdiçamos os recursos do planeta e nossos sucessores sofrerão as conseqüências disso. E, assim fazendo, nós aumentamos, aliás, de maneira inquietante, a poluição e, portanto, o clima do planeta. Um documentário suíço difundido recentemente pelo canal francófono TV5, mostrou, por meio de cálculos muito simples que se 1,2 bilhão de chineses quisessem atingir dentro de 20 anos o nível de vida médio dos habitantes dos Estados Unidos, os recursos da Terra não seriam suficientes. Haveria, em escala mundial, falta de energia e falta de água; e, além do mais, uma poluição desmesurada e um acúmulo insuportável de dejetos.

Estamos devidamente advertidos. Portanto é preciso que tomemos consciência dos perigos que nós mesmos criamos. Os países ricos deverão aceitar a redução de seu padrão de vida, e todos os cidadãos do mundo também deverão compreender que o planeta está frágil a partir de agora.”

Já que citado pelo referido autor, a inquietação que a todos nos deve sobressaltar é aquela a respeito das mudanças climáticas que, se por um lado inserem-se nos grandes

ciclos de alterações próprias do planeta, por outro, tudo leva a crer, estão sendo hoje aceleradamente acentuadas pela atividade humana. Tal inquietação pode ser apreendida, pelo exame atento, da leitura do recente documento do IPCC: *Climate Change and Water*¹³.

O que acreditamos é que houve, nos séculos mais recentes, um pacto entre o desenvolvimento tecnológico e científico (as formas modernas de adquiri-los), a lógica do lucro e as periódicas recaídas da humanidade na barbárie¹⁴. Nesse apogeu de civilização pragmática que ora vivemos, busca-se a felicidade e o sentido na vida pelo consumo de bens materiais e culturais. Após o advento da modernidade (que não trouxe algo nocivo em si, a questão sendo sempre a aplicação prática de doutrinas e idéias), sepultamos o ideal clássico do *logos* como discurso e sabedoria prática, a *areté* grega ou a *virtus* latina¹⁵.

Quanto a isso, queremos invocar um pouco do pensamento dos frankfurtianos, ou mais precisamente de um deles, Adorno.

A filosofia desse autor fundamenta-se na perspectiva da dialética. Sua obra principal, *Dialética do Esclarecimento* (1946), escrita em colaboração com Max Horkheimer, é uma crítica da razão instrumental (conceito fundamental deste último filósofo), isto é, uma crítica – que se apóia numa interpretação severa e um tanto negativa do Iluminismo – a uma civilização técnica e da lógica cultural do sistema capitalista (chamada por Adorno de "indústria cultural"). A obra critica ainda a sociedade de mercado que não persegue outro fim que não o do progresso técnico.

Segundo o autor, nossa civilização técnica atual, advinda do espírito do Iluminismo e do seu conceito de razão, não representa mais que um domínio racional sobre a natureza (grifo nosso), que implica paralelamente um domínio (irracional) sobre o homem. Assim, os diferentes fenômenos de barbárie moderna (como regimes totalitários, ditaduras, o fascismo, o nazismo...), não seriam outra coisa que não demonstrações, e talvez as piores manifestações, dessa atitude autoritária de domínio sobre o outro. Vamos adiante, por nossa conta, fazendo-nos lembrar que em nossa sociedade atual está cada vez mais difícil

distinguir entre o lícito e o ilícito, o público e o privado, o racional e o irracional, o lógico e o confuso...

Interessa-nos, aqui, a crítica à racionalidade instrumental da sociedade contemporânea ou, conforme Adorno e Horkheimer, o "esclarecimento irracional":

"Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o elemento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, por isso, também a sua relação com a verdade."¹⁶

A crítica ao esclarecimento insurge-se contra as conseqüências da racionalidade instrumental, "tecnologizante": o positivismo, o nazismo, o fascismo, o socialismo burocrático da então União Soviética. Outra crítica extremamente importante dos frankfurtianos à sociedade contemporânea é a da *Indústria Cultural*: os produtos do espírito, da arte, recaem também sob a forma de mercadorias! Aspectos da arte, como sua livre fruição, seu caráter inovativo (vanguarda), e que conduz o sujeito-observador à reflexão e crítica, são perdidos. Na indústria cultural privilegia-se o que está de acordo com o gosto-consumo-capacidade-de-deglutição geral do consumidor; o novo só é introduzido na medida em que seja vendável – essas características tendem a levar à dominação passiva, ao conformismo dos indivíduos (à formação de rebanhos dóceis) e destroem a arte, a verdadeira arte possível. E lembremo-nos de que tanto pior tudo se torna quanto mais baixo é o nível escolar e educacional desse consumidor, ficando, portanto, mais e mais barata a produção de 'bens culturais' de baixo custo e aumentado o lucro dos produtores. O leitor atento e sensível que acabou de pensar na *pagolândia* nacional está no caminho certo...

A crítica à sociedade contemporânea, nas palavras de Adorno & Horkheimer:

"O que nos propusemos, era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando na barbárie."

Na *Dialética Negativa* (1966)¹⁷, Theodor Adorno intenta mostrar o caminho de uma reforma da razão, com o fim de libertá-la desse domínio autoritário sobre as coisas e os homens que ela carrega desde a era iluminista. Opõe-se à filosofia dialética hegeliana, que reduz ao princípio da identidade ou a sistema todas as coisas através do pensamento, superando suas contradições (critica também o Positivismo Lógico, que deseja assenhorear-se da natureza por intermédio do conhecimento científico – grifo nosso), o método dialético da "não-identidade", de respeitar a negação, as contradições, o diferente, o dissonante: o respeito ao objeto, enfim, e o rechaço ao pensamento sistemático. A razão só deixa de ser dominadora se aceita a dualidade de sujeito e objeto, interrogando e interrogando-se sempre o sujeito diante do objeto, sem saber sequer se pode chegar a compreendê-lo por inteiro.

Mas não pretendemos traçar um ataque ao modo de pensar dominante na Filosofia Moderna e às crenças, até sedutoras, do Iluminismo. Deu-se, enfim, a revolução científica, depois a tecnológica, por esse caminho e, inegavelmente, elas têm também muitos aspectos positivos. O que importa saber é como isolar tais facetas positivas e maximizá-las e como, também, bloquear as consequências negativas e neutralizá-las. Para tanto, acreditamos que seja necessário estruturar uma linha filosófica que não pode se limitar a contrapor dialeticamente argumentos e raciocínios ao pragmatismo positivo, ao liberalismo e neo-liberalismo, ao capitalismo - como, por um lado, fizeram Adorno e outros filósofos do pós-modernismo - nem pode preconizar apenas um respeito amoroso e direto à natureza, um puro reencantamento da relação do ser humano com o natural.

Entendemos que o desafio é, a partir de todos os fatos filosóficos, históricos e sociais que já conhecemos, construir um novo homem, outra vez centrado em si, mas não como o pequeno deus, com seu poder inserido na elucidação científica da natureza e o direito de dominá-la, e sim como aquele que sabe utilizar o conhecimento científico de forma racional e moral, ética e estética, de forma filosófica, e não coloca esse poder a serviço da exploração (seja do ambiente seja dos demais homens) e sim a serviço de sua realização ulterior (quase que transcendental) como fenômeno de vida a ser elucidado permanentemente.

Não é, obviamente, como demonstrado já está, com o acúmulo de bens materiais (nem mesmo culturais), que o ser humano poderá se afirmar e se distinguir em seu processo único e excepcional de existência cósmica. O acúmulo de todas as formas de poder é uma vã tentativa de preenchimento de vazios. Por enquanto, podemos ainda ser um pouco pacientes (isso é contestável), porque estamos na adolescência de nossa vida tecnológica. Ainda somos crianças que se deslumbram com os brinquedos e vemos nesses brinquedos um fim em si. Ainda nos encantamos com o apertar de botõezinhos... Nosso primeiro grande passo, conseqüente a uma profunda reeducação que precisará de um sistema filosófico de suporte, será nos desligarmos da tecnologia como fim em si e passá-la à categoria de apenas meio para implementação de necessidades humanas mais verdadeiras, eternas, relativas à explicação *de quem*, afinal, somos e para o *quê* estamos existindo (imagina-se que não deva ser para que se tenha um celular top de linha ou um carro do ano...).

O fato é que, no momento, nessa adolescência tecnológica, o ser humano, ainda entorpecido pela cilada da má interpretação de seu poder científico e tecnológico, ainda confundindo ser com ter, plenitude com acúmulo, criação com fazer, esse adolescente viciou-se em consumir e, de tal forma enraizou-se nesse vício, que da droga já depende e sem ela entra em franca crise de abstinência, acreditando piamente ser inviável a vida sem os ícones de consumo. Consomem-se: marcas de produtos, marcas de serviços, modernidades *up-to-date* tecnológicas, estilos e comportamentos pessoais e grupais. Quem assim não o faz fica cada vez mais desintegrado, desengajado, o que reflete profunda e negativamente em sua intimidade psicológica, a ponto de produzir-lhe mal por se acreditar um inferior ou incapaz ou incompetente – ou tudo somado. As portas que me interessam só se me abrem se eu usar tal etiqueta, tal agenda eletrônica, tal penteado, souber de tal notícia de tal articulista de tal jornal, ter assistido tal *talk-show* e souber pelo menos uma citação da orelha da capa de tal livro do momento. Claramente, tudo isso atende a uma estratégia da indústria global e do sistema político-econômico que a suporta. Interessante é que, em nome da sociedade (e de uma certa sociedade democrática), anula-se o indivíduo. Dentre outras conseqüências, por certo está que, paradoxalmente, essa nova sociedade, assim moldada, não é a soma de seus indivíduos.

Nesse sentido queremos transcrever o seguinte comentário do historiador e doutor em Ciência Política, Marcelo Jasmim, discorrendo a respeito dos ‘medos democráticos’:

“(...) o indivíduo democrático vive o contexto da fragmentação e do isolamento social. Embora zele pela sua independência individual, a dificuldade de cumprir factualmente a suposição ‘cartesiana’ o dispõe a aderir às opiniões majoritárias de modo não crítico. Sendo o enfrentamento da dúvida sem descanso uma opção terrível e afeita aos poucos espíritos capazes de suportar uma angústia permanente (grifo nosso), a adesão às correntes majoritárias de opinião, à moda, às vogas e padrões estéticos e intelectuais é o caminho preferido pela maioria dos mortais, pois oferece uma sensação de pertencimento à comunidade mais ampla, reduz o isolamento e a pressão moral sobre a razão individual e, conseqüentemente, a angústia democrática. Mas dessa adesão excessiva deriva a força inédita que a opinião pública, como opinião da maioria, tem nessas sociedades, o que põe em risco a independência intelectual dos indivíduos sob a pressão da massificação.”¹⁸.

Suposição ‘cartesiana’ a que se refere o autor conota o indivíduo democrático moderno de Tocqueville. Tal indivíduo tem a necessidade permanente de submeter à dúvida e ao exame exclusivo da razão toda e qualquer informação ou proposição disponível. Como pode, nos tempos de hoje, com o incessante bombardeio de informações e de opiniões que a mídia lança sobre nós, o simples mortal exercer sua faculdade cartesiana de análise e anulação das inverdades?...

Zygmunt Bauman¹⁹ desenvolve uma reflexão elegante ao longo de sua vasta obra. Para ele, o que se alterou foi a modernidade sólida, que deixa de existir, sendo substituída por uma modernidade líquida. A sólida começou com as transformações clássicas e com o surgimento de valores e modos de vida cultural e político estáveis. Na líquida, impera a volatilidade: as relações humanas não são mais tangíveis e a vida em conjunto (familiar, de casais, de grupos de amigos, de afinidades políticas e assim por diante) perde consistência e estabilidade.

A exacerbação cruelíssima da filosofia irrefreável de consumo é cristalizada no plano coletivo do Estado quando aquele país (e poderia ser ele qual fosse) que ocupa a categoria de maior potência econômico-militar do momento, submete toda a economia nacional e toda sua tecnologia a um esforço vão de guerra (guerra que não há), porque tal ‘esforço’ gera gastos e produção e consumo de uma ordem que atende aos grupos econômicos interessados e assim mantém girando a roda, tal como fosse um insano – e o é – moto contínuo. Bastante oportuno, quanto a essa análise, é o belíssimo texto de Robert Stam:

“O outro tipo de manobra exterior e provocadora de medo diz respeito à política externa e aos orçamentos militares. Após a vitória contra inimigos reais, na Segunda Guerra Mundial, o ‘complexo militar-industrial’ dos Estados Unidos tornou-se cada vez mais poderoso, passando a necessitar cada vez mais de inimigos, como justificativa para os imensos gastos alocados no orçamento militar. O medo, nesse sentido, serviu como combustível básico para complexo militar-industrial. Durante quase cinquenta anos, a Guerra Fria serviu a esse propósito. Podemos observar a natureza artificial desses medos, ao lembrar que às vésperas do colapso soviético os ‘especialistas’ da direita ainda estavam advertindo para os terríveis perigos que a União Soviética representava. Após a queda do muro de Berlim, a busca voltou-se para novos inimigos, os ‘novos eixos do mal’, que pudessem justificar os gastos, que iam muito além dos gastos assumidos por qualquer outro país ou coalizão. Enquanto louvavam ‘mercados’ por princípio, o complexo construiu um sistema perfeitamente azeitado. Um Pentágono, sem auditoria – apesar da exigência constitucional – domina o país, enriquecendo aqueles que se encontram no alto da escada corporativo-militar. Nesse ponto, os exorbitantes gastos militares estão entrelaçados na trama da economia e do governo norte-americano. O sistema que gera uma necessidade estrutural por um inimigo – quer sejam eles comunistas, ou Estados fora-da-lei, ou traficantes de drogas, ou ainda o Eixo do Mal, ou terroristas. Bin Laden veio preencher essa lacuna e forneceu a justificativa perfeita para os gastos e uma guerra sem-fim, como parte do keynesianismo dos ‘guerreiros corporativos’. A guerra declarada do governo, como indicaram muitos críticos, não é contra um país, ou uma organização, mas sim contra uma abstração, o que traz a vantagem de nunca terminar.”²⁰

Mesmo países de muito menor envergadura econômico-militar almejam, por seus governos, uma poderosa indústria bélica, e consumo mundial para seus produtos, conforme se depara da matéria veiculada em jornais brasileiros em fevereiro de 2008:

Folha de São Paulo, sexta-feira, 1 de fevereiro de 2008: *Tarso e Jobim defendem fim de tributo sobre indústria bélica* (dois Ministros do governo brasileiro, o da Justiça e o da Defesa, advogam a minimização de tributos para a indústria bélica a fim de fortalecer a exportação de armas).²¹

Obviamente que todo esse esforço humano de produção de tecnologias e de bens, seja um mero celular, seja um moderno armamento, para atender suas necessidades de prazer e/ou segurança, gera uma pressão concreta e definida sobre o meio ambiente e sua homeostase.

Muitos estudiosos (e principalmente os que se dedicam à compreensão e às teorias do marketing) têm procurado desvendar as bases filosóficas e psicológicas do consumo.

Para Moisés Efraim, por exemplo, o consumo estaria bastante vinculado à Vontade de Potência, princípio capital do pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche.

Objetivamente falando, o próprio Nietzsche afirma que “vida é Vontade de Potência”. À identidade entre vida e vontade de potência, Nietzsche chama de “nova concepção” (de vida). A vontade de potência como vida é algo que quer crescer, criar, quer se realizar. Os autores discutem entre si o sentido de vontade de potência. Para alguns seria vontade de domínio, poder; para outros é força plástica, de criação, com impulso para efetivar-se e, com isso, criar novas configurações em relação às demais forças. O homem é uma multiplicidade de vontades de potência, cada uma com uma multiplicidade de formas de meios de expressão, e a vida, portanto, é uma variedade de significados e perspectivas que dependem de um jogo de impulsos: tendências ativas que aumentam o impulso de vida (ascendentes), e tendências reativas que o diminuem (descendentes). Por esse caminho chega-se a que a questão do valor é, essencialmente, a das condições de intensificação ou conservação, de aumento ou diminuição da vida (vontade de potência).

Segundo Efraim, “o consumo não passa de uma das expressões do exercício da Vontade de Poder”. Subentende-se que pelo consumo o indivíduo estaria se diferenciando e criando sua inovação de vida, exercitando seu potencial para existir. Ademais, diz Efraim²²:

“Um ponto de partida interessante para a demonstração da atualidade da Vontade de Poder e sua relação com o consumo é a discussão em torno da possibilidade de um “consumo responsável”. As bases científicas utilizadas para esse fim deixam subentendida a busca do que poderíamos chamar de o Ser do consumo.

O consumo não é uma coisa, mas uma das manifestações por intermédio das quais o ser humano constitui um sentido para a sua existência dando vazão ao livre exercício de sua Vontade de Poder. O impulso consumista não manifesta a necessidade de auto-afirmação social ou uma compulsão, mas uma necessidade individual e existencial de se lançar no futuro (novo) e de diferenciar a existência (diversificação) como forma de construção de um sentido para a vida, sem o qual ela perderia completamente seu valor.”

A necessidade de consumo do ser humano parece estar ancorada em três potentes molas propulsoras:

- a necessidade de sobrevivência;
- a vaidade; e
- o medo.

A primeira diz respeito ao consumo daquilo que é absolutamente necessário e bastante para que se viva e, portanto, pode ser considerada como legítima, desde que o ser humano é também, legitimamente, parte integrante intrínseca do grande processo universal de existência. Nessa compreensão, até certo *quantum* (e isso pode ser polêmico), o consumo seria uma realização humana afirmativa da própria vida e, portanto, essencial à sua expressão com tal. A questão que se seguiria então seria a de fixar limites: quanto de consumo é ‘natural’, e a partir de quanto teríamos desvios de excesso ou exagero que ameaçam a própria condição de manutenção da existência?

A segunda e a terceira dizem respeito muito mais a imaginações e desvios de caráter do que a qualquer outro elemento, e podem levar ao *consumo alienado*. É possível que, a todo rigor, no fundo de uma dissecação exaustiva, o mecanismo da vaidade se confunda com o do medo. Por vaidade estamos entendendo o consumo ostentatório, desnecessário em verdade como necessidade para realização ética do ser, mas percebido como necessário pela pessoa a fim de abastecer-lhe o ego de segurança (nesse sentido, a vaidade de consumo não deixa de possuir também um componente narcisístico). Quanto maior o grau de vaidade, maior a inferioridade em que a pessoa está ou se julga. A vaidade²³ é uma busca de exercitação de poder, e ela pode ser extremamente sutil, tanto que às vezes chega a ser confundida com bondade. O vaidoso necessita de reconhecimento e procura a ‘arte’ da vaidade para chamar a atenção para si. A vaidade é, portanto, a posse de algo (concreto ou imaterial) que outros não têm ou não podem ter, seja em qualidade (o grande orador, por exemplo), seja em quantidade (o milionário). Para poder possuir aquilo que vaidosamente a distingue, a pessoa lança-se ao consumo adequado para tal meta, que lhe propiciará a realização dessa sua insuficiência psicológica. Conveniente notar que o filósofo Jean Baudrillard entende que a lógica do consumo se baseia na impossibilidade de que todos consumam, o que torna nosso momento presente mais perverso ainda, pois subentende necessárias as hordas de excluídos. Segundo Baudrillard, o consumo atua remarcando a diferença entre os indivíduos, pois só faz sentido alguém querer/consumir um automóvel de luxo se poucos o puderem conseguir, operando o objeto comprado como um *signo* da diferença de status entre as pessoas. Diz Baudrillard:

“O prazer de mudar de vestuário, de objetos, de carro, vem sancionar psicologicamente constrangimentos de diferenciação social e de prestígio.”²⁴

Já o medo (os medos²⁵) pode ser de diferentes naturezas, mas, sempre, a pessoa, em última instância, acaba por percebê-lo como ameaça à sua integridade física ou psíquica, ou diretamente à sua vida. Como se sabe, o medo é necessário à manutenção da vida humana e caminha par e passo com nossa evolução. Contudo, além de hoje estarmos vivendo, em muitos aspectos, uma cultura do medo e do terror, as pessoas podem fantasiar medos ou hiperdimensionar medos reais e isto, por sua vez, pode redundar no mecanismo de

consumo, seja para formar poupanças concretas (financeiras, de alimentos, de peças de reposição) seja para acariciar o ego frágil pela sensação da não posse e, portanto, da fraqueza.

O homem da modernidade é um ser que, estimulado pelos avanços sociais (porque eles não deixaram de acontecer), científicos (respostas, ao menos em parte, às perguntas mais básicas e angustiantes) e tecnológicos (capacidade de produzir e de alcançar), se pôde se liberar de mitos, se pôde se iluminar, acabou também por criar vazios para si – e vazios terríveis. O ser humano atual, que reduziu a importância de Deus (ainda que a marteladas...) e de crenças, prossegue não sabendo muito bem o que colocar no lugar do vácuo deixado pela ausência desses seus ícones. O matemático e pensador Blaise Pascal²⁶, já em seu tempo, falava que sem Deus a alma fica vazia (e como mostra sua biografia, ele era um físico especialista em vácuo), deixando o homem desamparado frente a seu destino e ao universo. Não estamos defendendo a necessidade de alguma forma de religiosidade para dar contextura ao homem, mas sim estamos lembrando que o homem atual precisa criar valores éticos, morais, cívicos (e ambientais) que lhe ocupem as preocupações do espírito e lhe dêem um norte seguro e limpo. E ele pode ser capaz disso. A não realização desse novo ser remete o homem à psicanálise, tal a monta de seus conflitos interiores entre a existência – que lhe é dada – e a sensação de vácuo, de vazio, de nada, que ele vive. Diz a psicanalista e poetisa Maria Rita Kehl:

“O sujeito da psicanálise é o homem sem Deus da modernidade, indefeso perante sua própria divisão subjetiva.”²⁷

Essa sensação de vácuo, que nas sociedades presentes também se estende a uma percepção de ausência da lei simbolizada, ausência ou ruptura do pacto entre os indivíduos, naufrago do coletivo com hiperdimensionamento da individualidade e da competição. Ou seja, um mundo sem lei no qual é muito difícil viver e sobreviver, leva-nos a um crescimento do pânico e das sociofobias, e um mecanismo compensatório para a ocupação do espírito, o preenchimento da mente vazia e da alma expurgada é, sem dúvida, o ato de consumo, independentemente de sua real necessidade, que em esmagadora maioria, não existe. A mesma Maria Kehl escreve:

“Em um sociedade laica, a transmissão da lei poderia sustentar-se em outras formações imaginárias, como os ideais coletivos. Mas, no Brasil de hoje, o espaço público e o imaginário social são preenchidos pela emissão constante e indiferenciada – sem cortes significativos – de imagens televisivas e publicitárias. A tevê é o representante do Outro na modernidade tardia. Como o Deus cristão, ela parece onipresente, onisciente e onipotente. Mas é um outro que não fala em nome de nenhum ser imaginário, **seu mestre é o mercado, sua lei é gozo.**

Que significantes mestres regulam o gozo na sociedade atual? A potência paterna passou a ser medida pelo poder de consumo do pai real; fica excluída, assim, a possibilidade de um pai pobre fazer-se respeitar, mesmo nos casos em que este se apresenta, à maneira antiga, como honesto, esforçado, trabalhador. Quanto aos que têm dinheiro, estes se vêem lançados em uma negociação permanente com os filhos, em termos de: se quiser que eu te obedeça, me pague.

A publicidade demonstra constantemente que a fruição individual de um objeto de consumo (apresentado sempre como objeto do desejo) **vale mais do que todos os ideais coletivos do mundo.** Descolado de uma cadeia significativa que sustente sua função simbólica, o pai contemporâneo sente-se, com frequência, incapaz de exercer a autoridade necessária, tanto para estruturar seus filhos por meio da imposição de limites quanto para protegê-los dos riscos das faltas de limites.”²⁸ (grifos nossos)

Para ficarmos por aqui, posto que essa discussão sobre consumo atual e suas causas e consequências pode ser interminável, e de fato o é, dadas as intervenções de todos os aspectos (psicológicos, sociais, econômicos, políticos) envolvidos, queremos destacar que não é apenas o consumo nosso ditador contemporâneo. Outros *fenômenos*, comunicantes ao consumo, têm-nos sujeitado à neo-escravidão (às vezes sutil e imperceptível pela maioria) dos tempos presentes. Quanto a isso, vale recorrer a um trecho de uma belíssima crônica *As Árvores do Piabanha*²⁹ do intelectual brasileiro Artur da Távola:

“... alertar sobre os riscos da emersão da nova patologia, do neototalitarismo expresso, no mundo contemporâneo, pelas ditaduras da ciência, da tecnologia e da

economia supranacional.

Sob várias ditaduras, vivemos: a do consumo; a do lazer dirigido; das decisões econômicas; dos interesses de corporações supranacionais; dos computadores; de alimentação determinada por medições econométricas; da hiperorganização; de guerras e revoltas fomentadas pela indústria bélica sempre a ganhar dos dois lados e à custa da vida e dos ideais alheios!"

Ora, isso tudo, como já salientamos antes, e agora para completar esta citação de Artur da Távola, fecha com a necessidade - e por oportuno estarmos já em pleno gozo do século XXI - de se iniciar, seriamente, um reexame de nossos hábitos e práticas, reformulá-los de modo inteligente e honesto, uma vez que, os resultados aí estão a nos cercar, tudo faz crer que faliu, no sentido de qualidade e segurança de vida, dignidade e inclusão,

"a utopia material ou científica que encantou e hipnotizou o século XX" (o mesmo Artur da Távola acima referido).

Mas, felizmente, há muitos seres pensantes que já detectaram todo esse processo e tentam expô-lo aos olhos da opinião pública: desde respeitáveis filósofos e pesquisadores (teóricos e práticos)³⁰, até jornalistas, poetas, cidadãos comuns (que são os mais incomuns de todos), ex-mandatários³¹ e entidades³². Estas, por sinal, vivem promovendo eventos e divulgando notas que, ou combatem ferozmente a sociedade de consumo, ou mais polidamente, circulam regras para condutas menos predadoras, como as do quadro 1.

Quadro 1. Compras ecologicamente corretas

Checklist de compras

- Pense em três coisas e, que você aplicou seu dinheiro / energia de vida no último mês;

Refleta e avalie sobre cada item, respondendo às questões abaixo.

- Faça uma lista de três coisas que você pretende adquirir no futuro próximo; Reflita e avalie sobre cada item, usando as mesmas questões.

- Eu preciso disso?
- Quanto disso eu já tenho?
- O quanto eu utilizo?
- Qual sua durabilidade?
- Eu poderia usar por empréstimo de um amigo ou membro da família?
- Há algo que eu já possua que eu possa usar como substituto para isso?
- Posso fazer o que pretendo sem usar isso?
- Sou capaz de limpar e/ou fazer a manutenção disso?
- Desejo fazê-lo?
- Sou capaz de consertar isso?
- Pesquisei por qualidade e preço antes de comprar?
- Como irei me desfazer quando não mais utilizar?
- Os materiais de que é feito são renováveis?
- É feito de materiais recicláveis, e é reutilizável?

Após responder às perguntas, quantos dos itens avaliados você compraria?

E o que você pode aprender com isso sobre os seus hábitos de consumo?

Fonte: New Road Map Foundation – Seattle, WA, EUA, em

http://www.criancaeconsumo.org.br/imprensa_menos.html

Dentre esses mensageiros propugnadores da preocupação ambiental para fins objetivos de sobrevivência humana – e sobrevivência digna, é mister que se invoque:

Ignacy Sachs³³, com seu trabalho de aprofundamento do conceito de ecodesenvolvimento³⁴, de onde derivou posteriormente a aparente consciência, o discurso e

a agenda hoje tão amplamente disseminados (virou modismo...) de desenvolvimento sustentável³⁵, em que pese a discussão que se vai encorpando a respeito da real exequibilidade desse propósito³⁶, tanto quanto a forma de apropriação desse pensar pelos setores “produtivos” do capitalismo³⁷.

Murray Gell-Mann³⁸, e suas sugestões afiadas:

- “1. Estabilização da população, globalmente e na maioria das regiões³⁹;
2. Práticas econômicas que encorajam a cobrança de custos reais, o crescimento em qualidade em vez de quantidade, e a vida a partir dos dividendos da natureza e não do seu capital;
3. Uma tecnologia que tenha comparativamente um baixo impacto ambiental;
4. A riqueza seja mais equitativamente distribuída para que a extrema pobreza deixe de ser comum;
5. Instituições globais e transnacionais mais fortes para lidar com problemas globais urgentes;
6. Público mais bem informado sobre os desafios múltiplos e interligados do futuro;
7. O predomínio de atitudes que favoreçam a unidade na diversidade, isto é, cooperação e competição não-violenta entre tradições culturais diferentes e Estados-nação, assim como a coexistência com os organismos que compartilham a biosfera com os seres humanos.”

Nicholas Georgescu-Roegen⁴⁰, economista da corrente neoclássica de economia que, numa fase posterior de sua atividade acadêmica, combinou economia e biofísica (biologia evolucionária e termodinâmica) numa disciplina que chamou de Bioeconomia (também designada por economia ecológica) em que a entropia tem um papel central, posto que a energia precisa ser incluída na análise dos processos econômicos. A energia total do universo (sistema fechado) é constante e a entropia total está em contínuo aumento, portanto, dispõe-se cada vez menos de energia utilizável num processo irreversível. Na atividade humana, recursos naturais (baixa entropia) de alto valor são transformados em resíduos (alta entropia) sem valor. Georgescu-Roegen entendia biologia e economia como sistemas complexos

em constante evolução, assentados na auto-organização acoplada a um processo de seleção natural. Nelas duas, aquisição, armazenamento e processamento de informação permitem adaptar o comportamento aos estímulos ambientais para sobreviver e se desenvolver: genes e competências desempenham papéis similares numa e noutra ciência. Para esse pensador, uma tecnologia não é viável a menos que ela se mantenha sem reduzir o estoque de recursos não-renováveis, e os países desenvolvidos precisam aceitar um padrão de vida mais baixo caso se pretenda que os países menos desenvolvidos escapem da pobreza. Os pontos capitais de uma política mínima de Bioeconomia seriam:

1. Proibir a guerra e a produção dos instrumentos de guerra;
2. Ajudar os países subdesenvolvidos a ascender a uma existência digna, porém sem luxo;
3. Diminuir progressivamente a população, de modo que a agricultura orgânica bastasse para sua nutrição;
4. Evitar todo e qualquer desperdício de energia.

Decorrente das teses de Nicholas Georgescu-Roegen surge a reflexão de *decrescimento* (decrescimento sustentável), de caráter econômico e político. A proposta para um decrescimento sustentável (ou pós-desenvolvimento) vem da hipótese de que o crescimento econômico, isto é, um aumento constante do Produto Interno Bruto (PIB), não é sustentável para o ecossistema global. Contrariamente, o pensamento econômico reinante julga que o nível de vida melhoraria por consequência dos incrementos de PIB. Sendo tal assertiva verdadeira, o aumento do valor da produção deveria ser um objetivo constante das sociedades.

De acordo com Serge Latouche⁴¹, conhecido postulante do decrescimento, os recursos naturais são limitados, logo, não existe crescimento infinito e a melhoria das condições de vida deve ser conquistada sem aumento do consumo, e sim pela mudança do paradigma dominante. Apesar de o produtivismo ter sido parcialmente questionado pelos militantes do desenvolvimento sustentável, os adeptos do decrescimento têm uma crítica mais radical, pois consideram o próprio desenvolvimento sustentável como um oxímoro

(figura que consiste em reunir palavras contraditórias; paradoxismo), uma contradição, entendendo que seus termos são mutuamente excludentes (pensamento que também parece ser o do filósofo brasileiro Leonardo Boff). O desenvolvimento não pode ser sustentável, porque o constante crescimento da produção de bens e serviços ocasiona também aumento do consumo de recursos naturais, apressando o seu esgotamento. Os defensores do decrescimento entendem que a "desmaterialização da economia", que se daria com a movimentação do eixo da atividade econômica para o setor terciário, menos demandante de recursos naturais e de energia, mostrou-se ilusória. Para Serge Latouche, a "nova economia" é relativamente menos material, contudo, mais do que substituição da antiga economia pela nova, existem, de fato, relações de complementaridade entre ambas e, ao fim, todos os indicadores apontam que continua a crescer a extração de recursos naturais.

Segundo Latouche,

"É preciso descolonizar nosso imaginário. Em especial, desistir do imaginário econômico (...) Redescobrir que a verdadeira riqueza consiste no pleno desenvolvimento das relações sociais de convívio em um mundo sã, e que esse objetivo pode ser alcançado com serenidade, na frugalidade, na sobriedade, até mesmo em uma certa austeridade no consumo material, ou seja, aquilo que alguns preconizaram sob o slogan gandhiano ou tolstoísta de "simplicidade voluntária".

Ainda de acordo com o autor,

"Se você está em Roma e deve ir de trem para Turim, mas, por engano, embarca em direção a Nápoles, não basta diminuir a velocidade da locomotiva, frear ou mesmo parar. É preciso descer e pegar outro trem, na direção oposta. Para salvar o planeta e assegurar um futuro aceitável para os nossos filhos, não basta moderar as tendências atuais. É preciso sair completamente do desenvolvimento e do economicismo, assim como é preciso sair da agricultura produtivista, que é parte integrante disso, para acabar com as vacas loucas e as aberrações transgênicas".

Conforme os teóricos do decrescimento sustentável, o PIB é uma medida só parcial da riqueza e para que se recupere toda a variedade de riquezas possíveis deve-se abandonar

seu uso atual. Eles propõem a utilização de outros indicadores, como: Índice de Saúde Social, IDH, "pegada ecológica", etc. Entre os pressupostos da Teoria do Decrescimento estão:

- o funcionamento do sistema econômico atual depende essencialmente de recursos não renováveis e, portanto, não pode se perpetuar. As reservas de matérias-primas são limitadas, sobretudo quanto a fontes de energia, o que contradiz o princípio de crescimento ilimitado do PIB;
- não existe evidência da possibilidade de separar crescimento econômico do aumento do seu impacto ambiental;
- a riqueza produzida pelos sistemas econômicos não consiste apenas de bens e serviços. Há outras formas de riqueza social, tais como a saúde dos ecossistemas, a qualidade da justiça e das relações entre os membros de uma sociedade, o grau de igualdade e o caráter democrático das instituições. O crescimento da riqueza material, medido apenas por indicadores monetários pode ocorrer em detrimento dessas outras formas de riqueza;
- as sociedades ocidentais, dependentes do consumo supérfluo, em geral não percebem a progressiva perda de riquezas como a qualidade de vida e subestimam a reação das populações excluídas – a exemplo da violência nas periferias e o ressentimento em relação ao ocidente, por parte dos países que não apresentam o padrão de desenvolvimento econômico ocidental.

Um livro pioneiro que chamou a atenção para a necessidade de redução do desenvolvimento e de seu impacto sobre o planeta foi o célebre *Small Is Beautiful*⁴² (Pequeno é Bonito), do economista alemão Ernst Friedrich Schumacher (1911-1977)⁴³.

Em particular, por se encaixar no corpo desse artigo, queremos ressaltar uma obra recente: *Meio Ambiente & Desenvolvimento*⁴⁴, 2006, de José Eli da Veiga.

Respaldado pela História – os ciclos de desenvolvimento da humanidade dos últimos 10.000 anos – e pelo pensamento de Georgescu-Roegen, Ignacy Sachs, Amartya Sen, entre outros, Veiga apresenta os argumentos das alas otimista e pessimista que balizam a discussão sobre crescimento econômico *versus* preservação do meio ambiente e propõe uma reflexão sobre o significado e a abrangência do termo “desenvolvimento sustentável”, tão em voga em nossos dias:

“A origem da expressão “desenvolvimento sustentável” foi a polêmica sobre a possibilidade de a expansão da economia poder ser conciliada com a preservação do meio ambiente, mas que estava inteiramente impregnado por um temor apocalíptico da “explosão demográfica”, mesclado ao perigo de precipitação nuclear provocada por testes. Como já foi dito, a expressão foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo, e no qual foi apresentado um texto intitulado *A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento*. Mas é óbvio que a idéia só começou a adquirir proeminência quando a World Conservation Strategy (WCS) afirmou pretendero desenvolvimento sustentável por meio da conservação dos recursos vivos. Vale repetir mais uma vez: só passou a se afirmar em 1987, quando Gro Harlem Brundtland caracterizou o desenvolvimento sustentável para a Assembléia Geral da ONU como “conceito político”, um amplo conceito visando ao progresso econômico e social. *Nosso futuro comum* foi intencionalmente um documento político, que tinha por objetivo estabelecer uma aliança com os países da periferia, num processo que seria decisivo para a realização da Rio-92.

Tudo o que é ambíguo e vago no uso da expressão “desenvolvimento sustentável” pode ser entendido como opção deliberada por uma estratégia de institucionalização da problemática ambiental no domínio das organizações internacionais e dos governos nacionais. No entanto, apesar de todo esse nevoeiro, o emprego generalizado da expressão “desenvolvimento sustentável” constitui sinal bastante auspicioso. Indica, entre outras coisas, a extensão da tomada de consciência

de boa parte das elites sobre a problemática dos limites naturais. Começa a penetrar a idéia de que não se deve perseguir o desenvolvimento *tout court*, mas que ele deve ser qualificado: precisa ser ecologicamente sustentável.

Ao mesmo tempo, há um lado negativo na forma pela qual se adota a expressão. A tendência tem sido a de aceitar o complemento “sustentável” com a mesma facilidade que se absorve uma nova gíria, ou uma nova marca de sabonete (p. 174-175). (...) Pior, depois que entrou em moda, o adjetivo “sustentável” substituiu na linguagem do dia-a-dia algumas noções muito próximas, como “firme” ou “durável”. Essa banalização faz com que ele acabe sendo muito usado para qualificar um crescimento econômico que não seja passageiro, instável ou oscilante. Ou mesmo para se referir à consistência dos mais variados tipos de fenômenos. Até em fofocas sobre algum casal famoso arrisca-se ouvir inquietações sobre a sustentabilidade do relacionamento...” (p. 171-172).

De qualquer sorte, em que pesem as notáveis preocupação e dedicação que um sem-número de pessoas e organizações têm tido, tanto ativamente quanto reflexivamente, formulando conceitos e teorias, desenvolvendo estudos e assumindo posturas políticas resolutas a respeito da conservação e da preservação ambientais, a soma de toda essa mobilização intelectual e prática ainda não se fez, de fato, sentir sobre a natureza, o que muito nos aflige.

Portanto, se não fizermos concessões a uma transigência perniciosa, diríamos que todas essas receitas não passam de mercurocromo para tratar de feridas quase letais... A doença e a questão são outras.

Conclusão

Definitivamente, toda a vida do ser humano – e seu modo atual de viver – respaldam-se fortemente na utilização de insumos naturais (ferro, outros metais, água, minerais, etc.) e ambientais (uma bela paisagem). O homem os consome, gera e acumula riqueza financeira e material, e segue seu caminho. Contudo, a manutenção sempre crescente deste

comportamento, associada à também crescente população mundial, vai se acercando cada vez mais do limite de sustentabilidade do modelo, caracterizado pela irreversibilidade da reposição de uma qualidade ambiental. A natureza como provedora eterna deixou de ser uma verdade bíblica. Se assim é, precisamos urgentemente reexaminar nossos hábitos e padrões comportamentais e de consumo, e para que isso seja exequível precisamos começar pela revisão de crenças e valores, de sorte a se poder dar à luz e ungir um novo ser, muito mais voltado exatamente para o *ser* e não para o *ter*. A grave crise financeira mundial desse segundo semestre de 2008 é um contundente comprovador de tal análise. Enfim, deve-se salientar que o homem é o animal mais livre de natureza que há e bem por isso, porque só ele pôde construir uma moral, é que deve trazer para si a natureza e defendê-la.

Notas e Referências

¹ Amandine Lucie Aurore Dupin, baronesa Dudevant, dita George Sand, romancista francesa, nasceu em Paris, no dia 1º de julho de 1804, no número 15 da rua Meslay, e morreu em Nohant, França, no ano de 1876. Era filha de Maurice e Sofia Dupin. Seu pai falece após uma queda de cavalo, quando acompanhava o príncipe Murat em campanhas armadas. Por isso, Aurore é mandada para Nohant, onde permanece sob os cuidados da avó Aurore de Saxe. Em 1822, casou-se com o barão Casimir Dudevant, com quem teria dois filhos, Maurice e Solange. O casal foi morar na propriedade que Aurore herdara de sua avó em Nohant. Em 1831, não satisfeita com seu casamento, deixa seu marido e vai para Paris. Mulher de paixões e convicções, ficou mais conhecida por seus romances com o compositor Frédéric Chopin e com o poeta Alfred de Musset, e por desafiar as convenções sociais fumando charutos e usando roupas masculinas. Começou a escrever artigos para o jornal "Le Figaro", em cooperação com seu amante Jules Sandeau. Empregavam o pseudônimo de Jules Sand, inspirado no nome de Sandeau. Em 1831, lançaram o livro "Rose et Blanche". Em 1832, Aurore passou a usar o pseudônimo de George Sand, quando escreveu, sozinha, o romance "Indiana", que fez grande sucesso. Seus livros se tornaram muito populares no século XIX e compõem uma extensa lista. Escreveu romances sociais e sentimentais. Desde 1837 havia aderido a idéias socialistas e defendia um socialismo místico. Atribui-se a ela o mérito de ter sido a primeira mulher a viver de sua produção literária. A citação referida é apontada na obra de Jean Chalon: *George Sand, une femme d'aujourd'hui*, Editora Fayard, Paris, março/2004 (<http://www.fayard.fr/Site/CtlPrincipal?controlerCode=CtlCatalogue&requestCode=rechercherArticles>).

² FERRY, Luc. *Aprender a viver - Filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2007. p. 69.

³ Eduardo Athayde. Bolsas de "novos" valores ambientais. *Opinião*. Gazeta Mercantil - 05/05/2007.

⁴ A esse respeito é essencial que os interessados consultem o excelente livro recém lançado: ALVES FILHO, João. org. **Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco**. Rio de Janeiro. Mauad Editora Ltda., 2008. 254 p.

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u365413.shtml>

⁶ essa matéria e as duas seguintes foram colhidas na Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA:
http://www.ritla.net/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=94&Itemid=145

⁷ Convém salientar que consumo é deverbal de consumir, do latim *consumere* = 'gastar', 'comer', 'destruir', 'dar cabo de', 'arruinar', que tem a mesma raiz de consunção (ou consumpção), do latim *consumptione*. = ato ou efeito de consumir(-se), definhamento progressivo e lento do organismo humano produzido por doença.

⁸ Nesses quase três mil anos em que o ser humano aprendeu a pensar, a sistematizar seu pensamento, e avançou mais do que nunca se comparamos este período com todo seu tempo anterior de existência, cinco principais marcos podem ser apontados como momentos ou fatos de revoluções no domínio das idéias humanas. (1) A primeira grande revolução foi nos séculos VI e V a.C., na Grécia, o surgimento da razão como um recurso para se buscar e entender a verdade. Os pensamentos e descobertas dos filósofos gregos do período nos chegaram por meio de obras pré-socráticas que sobreviveram e pelos diálogos de Platão, que, baseado em Sócrates, propôs que nossas idéias são corretas ou errôneas e, a partir disso, formulou sua Teoria das Idéias. (2) A segunda revolução deu-se apenas no séc. XVIII, pelos filósofos empiristas, na Grã-Bretanha. John Locke, George Berkeley e David Hume, a partir do método científico de seu predecessor do séc. XVII, Francis Bacon, criaram um sistema filosófico que entende que só podemos conhecer aquilo que está no terreno de nossa experiência, a qual resulta da ativação de nossos sentidos. A razão, isto é, a prática do exercício racional, por si só, não poderia descobrir nada de novo. Poderia, isto sim, rearrumar o conhecimento já fornecido/obtido pelos sentidos. (3) A terceira grande revolução não se distanciou tanto da segunda como foi o lapso de tempo desta à primeira. De fato, foram praticamente simultâneas. A partir duma pequena

Konigsberg, Alemanha, Immanuel Kant a provocou. Disse ele que, contrariamente à teoria platônica, não podemos penetrar na natureza intrínseca das coisas porque tudo que a mente humana apreende é moldado pelos sentidos e pelo intelecto. Assim, só conhecemos a versão antrópica das coisas, mesmo de Deus, da Virtude e da Beleza. Para Kant, quanto mais conhecemos a capacidade de nossa própria mente, mais nos aproximamos do conhecimento verdadeiro. A compreensão dos limites do nosso mundo só nos será dada pelo exame dos limites de nosso pensamento. (4) A quarta revolução veio no séc. XIX, pelo pensamento do alemão Georg Hegel, que trouxe para a filosofia as “forças históricas”. Hegel passa a estudar filosoficamente o que o homem pode vir a ser e não apenas aquilo que ele simplesmente é. Para ele, essas “forças históricas” superam a própria razão na criação de novas idéias e de novos modos de vida. No mesmo século, a revolução na forma de filosofar provocada pela dialética de Hegel, que ataca a razão a partir de cima ou de fora, foi completada por outro alemão, Friedrich Nietzsche, que *martela* a razão por meio de um apelo ao motivo, afirmando que os valores são transformados em verdade pela “Vontade de Poder (ou de Potência)” dos indivíduos e não por qualquer recurso a fatos e observação. (5) A quinta revolução, no séc. XX, vem pela postulação de que os limites do pensamento são delineados pelos limites da linguagem em que ele é desenvolvido e conduzido. O filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, que inicia esse processo, e seus seguidores, dirão que os padrões para avaliação da verdade não estão nem no céu nem na intimidade da mente, mas, isto sim, na gramática da prática pública. Segundo os “filósofos analíticos”, quando os outros filósofos pensavam estar examinando a natureza das coisas, estavam, na verdade, apenas retirando palavras de seu contexto. (Nicholas Fearn. *Filosofia: novas respostas para antigas questões*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005. p. 9-10). Ainda relativamente a divisões periódicas, devemos aduzir a apresentada por Márcia Gonçalves para a Filosofia da Natureza, e que são quatro. (1) Segundo a autora, o primeiro paradigmático momento está na origem do pensamento grego (como vimos acima), no qual a concepção de *physis* ocorre em relação intrínseca com a idéia de uma ordem imanente ou uma forma de entendimento que perpassa os movimentos e processos da natureza. (2) O segundo momento, ainda na antiguidade grega, refere-se à teoria atomista para a formação da matéria, que contrasta muito com a idéia de natureza animada, concebida no mesmo período. (3) O terceiro instante, já na Idade Média, apresenta o aparecimento de uma compreensão ambígua da natureza, que a um só tempo é criada por Deus mas é inabitada por ele. Tal entendimento será afrontado pela analogia da natureza a um livro sagrado capaz de revelar o divino. (4) O quarto momento virá no século XVII, sobretudo, com a cristalização de um pensar mecanicista. (Márcia Cristina Ferreira Gonçalves. *Filosofia da Natureza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 9. [Coleção Filosofia Passo-a-Passo, 67.]

⁹ Segundo dados da Unesco, na população mundial hoje: 50% estão mal nutridos; 70% não sabem ler; 80% vivem em condições de pobreza, e apenas 1% tem instrução universitária.

¹⁰ A esse respeito, o das dificuldades que a sociedade humana enfrenta globalmente no que concerne ao próprio convívio social entre os povos e entre os cidadãos, poder-se-ia arrolar aqui todo o permanente noticiário das guerras pelo planeta. Mas nos limitaremos, apenas como toque final do pincel na tela sinistra, a recomendar uma ‘visita’ a um endereço na internet, para um passeio quase que macabro, não fosse a seriedade da página e de seus autores/mantenedores: <http://www.pebodycount.com.br/home/index.php>, onde se poderá acompanhar a contagem dos homicídios diários em Recife – e não que essa bela capital seja assim diferenciada e estigmatizada em relação a nossas demais grandes cidades...

¹¹ Jean Delumeau: Medos de ontem e de hoje. In: Adauto Novaes (organizador). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo, Editora Senac, 2007. p. 51.

¹² Jean Delumeau nasceu em 18 de junho de 1923, em Nantes, França. É doutor em letras e um historiador especializado no cristianismo, particularmente no período da Renascença. Firmou-se como historiador com seu livro *La civilisation de la Renaissance* (1968), premiado pela Academia Francesa. O reconhecimento de seu trabalho culminou com sua eleição para o Collège de France, em 1975, e a seguir para o Institut de France, a Academia de Ciências do país. Dedicou-se, ainda, a atividades relativas à cultura da paz e da não-violência. Tem dezenas de livros publicados. Sua extensa obra se concentra no exame dos sonhos de felicidade, dos desejos e angústias no Ocidente cristão. No Brasil foram lançados: *História do medo no ocidente* (1989), *Mil anos de flicidade* (1997) e *O que sobrou do Paraíso ?* (2003) pela Companhia das Letras, e *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*, pela Edusc.

¹³ WMO. UNEP. Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC: *Climate Change and Water*. junho 2008. Disponível em <http://www.ipcc.ch/pdf/technical-papers/climate-change-water-en.pdf>. Consultado em junho de 2008.

¹⁴ A respeito, é mesmo inacreditável que possa deliberadamente haver uma política do caos programado ou do desastre estratégico a fim de se vender a força de um governo, seja ele qual for, que possa reorganizar tal caos em termos de defesa e segurança de sociedades. É pena que a humanidade, com suas Sociedades de Risco, chegue a deenvolver uma tal 'expertise'. Veja-se o artigo de Paulo Arantes, *O caos como regra*, na revista *Filosofia Ciência & Vida*, Ano II, número 19, 2008, páginas 7 a 11.

¹⁵ Matos, Olgária C. F. *Theodor Adorno: o filósofo do presente.. Psicol. Soc.*, 13 (2):142-146, jul.-dez. 2001.

¹⁶ ADORNO, T., Horkheimer, M. *A dialética do esclarecimento*. 2ª. ed. Jorge Zahar Editora, 2004. 72 p.

¹⁷ ADORNO, Theodor. *Dialéctica negativa – La jerga de la autenticidad*. Trad. Alfredo Brotons Muñoz. Madrid: Akal, 2005. [*Negative dialektik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982.]

¹⁸ JASMIM, Marcelo. O despotismo democrático, sem medo e sem Oriente. In: In: Aduino Novaes (organizador). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo, Editora Senac, 2007. p. 129-130.

¹⁹ Zygmunt Bauman nasceu na Polônia, em 19 de novembro de 1925. Como sociólogo, começou sua carreira na Universidade de Varsóvia, mas em 1968 foi afastado dessa instituição. Emigrou da Polônia, retomando a carreira no Canadá, Estados Unidos e Austrália. Em 1971, chegou à Grã-Bretanha, tornando-se, por vinte anos, professor titular da Universidade de Leeds. Bauman tem uma vasta obra e fez-se notado por suas análises das relações entre modernidade e o holocausto e do consumismo pós-moderno. Recebeu os prêmios Amalfi (1989, por *Modernidade e Holocausto*) e Adorno (1998, pelo conjunto de seus trabalhos). É professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia. No Brasil, tem vários livros lançados pela Jorge Zahar Editor: *Modernidade e Holocausto*; *Modernidade e Ambivalência*; *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*; *Globalização: as consequências humanas*; *Modernidade Líquida*; *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*; *Vidas Desperdiçadas*; *Vida Líquida*; *Medo líquido*; *Tempos líquidos*; etc.

²⁰ Robert Stam: Quem tem medo de Donald Rumsfeld. In: Aduino Novaes (organizador). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo, Editora Senac, 2007. p. 78.

²¹ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

²² Moisés Efraym. *Filosofia do Consumo*.
http://www.mundodomarketing.com.br/2006/ver_coluna.asp?cod=2521

²³ A vaidade humana foi magistralmente dissecada e exposta na obra do grande filósofo brasileiro e paulista Matias Aires: *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, surgida em 1752 com o título *Reflexões sobre a vaidade dos homens, ou, Discursos moraes sobre os efeitos da vaidade oferecidos a elrey nosso senhor D. José I*. (Lisboa : Na Officina de Francisco Luiz Ameno ..., 1752, 403 p., 24 cm.).

²⁴ BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. São Paulo: Edições 70, 1995. p. 38.

²⁵ Aduino Novaes (organizador). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo, Editora Senac, 2007.

²⁶ Blaise Pascal (Clermont-Ferrand, Puy-de-Dôme, França, 19 de junho de 1623 - Paris, 19 de agosto de 1662) foi filósofo, físico, matemático brilhante, teólogo e escritor. Como filósofo e místico, criou uma das teses mais ditas pela humanidade até hoje, *O coração tem razões que a própria razão desconhece*, síntese de sua doutrina filosófica: o raciocínio lógico e a emoção, ou seja, a mente apenas não é capaz de penetrar a essência do conhecimento: *É o coração que sente Deus e não a razão. Eis o que é a fé: Deus sensível ao coração*.

Como matemático, especializou-se em cálculos infinitesimais e criou, em 1642, a *La pascaline*, máquina de somar mecânica, primeira calculadora de que se tem notícia (encontra-se no Conservatório de Artes e Medidas de Paris). Como teólogo e escritor, foi importante mestre do racionalismo e irracionalismo modernos e sua obra influenciou os fundadores da Igreja Metodista. Viajou com o pai para Rouen, onde fez as primeiras pesquisas na Física. Suas experiências sobre sons resultaram em um pequeno tratado (1634, com onze anos); no ano seguinte chegou à dedução de 32 proposições de geometria de Euclides. Em 1640, publicou *Essay pour les coniques*, com o célebre teorema de Pascal. Novamente em Paris (1647), estudando as experiências de Torricelli, enunciou os primeiros trabalhos sobre o vácuo e demonstrou as variações da pressão atmosférica. Aperfeiçoou o barômetro de Torricelli e publicou o *Traité du triangle arithmétique* (1654). Com Pierre de Fermat fixou as bases da teoria das probabilidades e da análise combinatória (1654). Por conta de uma "visão divina", deixou as ciências e se voltou exclusivamente à teologia, tendo se recolhido na abadia de Port-Royal des Champs, centro do jansenismo. Retornou às ciências em 1658, após "novo milagre". Neste período publicou suas principais obras filosófico-religiosas: *Les Provinciales* (1656-1657), para defender o jansenista Antoine Arnauld, e *Pensées* (1670), sobre a espiritualidade, em que defende o cristianismo e começa seu afastamento dos jansenistas. Um dos seus estudos sobre hidrostática, *Traité de l'équilibre des liqueurs*, lançado um ano após sua morte (1663), esclareceu os princípios barométricos, da prensa hidráulica e da transmissibilidade de pressões e o princípio de Pascal, segundo o qual, em um líquido em repouso ou equilíbrio as variações de pressão transmitem-se igualmente e sem perdas para todos os pontos da massa líquida. É o princípio de funcionamento do macaco hidráulico.

²⁷ KEHL, Maria Rita. Elogio do medo. In: . In: Aduino Novaes (organizador). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo, Editora Senac, 2007. p. 103.

²⁸ Idem, pp. 109-110.

²⁹ TÁVOLA, Artur da. *Amor a sim mesmo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Crônica As Árvores do Piabanha. p. 81 e 82.

³⁰ Destaque-se, dentre outros:

CAPRA, Fritjof e outros. *Alfabetização Ecológica*. São Paulo, Cultrix, 2006. 312 p.
FURTADO, João Salvador. *Sustentabilidade Empresarial – Guia de Práticas Econômicas, Ambientais e Sociais*. Salvador: CRA-Centro de Recursos Ambientais, 2005. 188 p.

MORAN, Emilio F. *Nós e a natureza*. São Paulo, Editora Senac. 2008. 302 p.

PELIZZOLI, M. L. *A emergência do Paradigma Ecológico. Reflexões Ético-filosóficas para o Século XXI*. 2^a ed. Editora Vozes, 1992, 160 p.

PENA-VEGA, Alfredo. *O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa*. Rio de Janeiro, Garamond, 2003. 108 p.

REES, Martin. *Hora final - Alerta de um cientista: o desastre ambiental ameaça o futuro da humanidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005. 240 p.

UNGER, Nancy Mangabeira (org.). *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. São Paulo, Edições Loyola, 1992. 107 p.

³¹ Conforme Eduardo Athayde (em Bolsas de "novos" valores ambientais. *Opinião*. Gazeta Mercantil - 05/05/2007): "Enquanto o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, declara em Washington a sua nova vocação ambiental, o primeiro ministro inglês, Tony Blair, deixa o governo para dedicar-se à mesma causa. O ex-presidente soviético Michail Gorbachev criou e dirige a Green-Cross International. Na última visita a São Paulo, o ex-presidente americano Bill Clinton revelou o que fala para o seu espelho: 'Bill, agora você é uma ONG. Está dedicado ao movimento ambiental global' ".

³² Dentre outras, o Instituto Akatu (<http://www.akatu.net/>), que desde 2001 estimula o consumidor a perceber o impacto de suas ações e valorizar empresas que minimizem possíveis danos ao meio-ambiente. Pela lógica da ação, pessoas melhores informadas e mais conscientes passariam naturalmente a comprar produtos de empreendimentos sócio e ambientalmente responsáveis. Estes, por sua vez, se destacariam no mercado, forçando outras companhias a assumir a mesma postura. Outras entidades que também fazem trabalho útil e interessante no tema podem ser conhecidas em <http://www.vitaecivilis.org.br/> e

<http://www.climaeconsumo.org.br/default.html>. Abolutamente digno de menção é ainda todo o trabalho do WWI – Worldwatch Institute, bem como suas publicações, com destaque, no caso em tela, para o *Estado do Mundo, 2004*, que tem como enfoque especial *A Sociedade de Consumo* (verificar em www.wwiuma.org.br).

³³ Ignacy Sachs nascido em Varsóvia, em 1927, e naturalizado francês, é um economista também citado como "ecossocioeconomista" por haver pensado o desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. (Ecossocioeconomia é palavra atribuída a Karl William Kapp, economista alemão e um dos inspiradores da ecologia política nos anos 1970). No ano de 1941, buscando escapar da Segunda Guerra Mundial, Sachs chegou ao Brasil, tendo aqui ficado até 1954. Graduou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro (atual Universidade Cândido Mendes). Retornando à Polônia, trabalhou no Instituto de Relações Internacionais. Esteve na Índia, de 1957 a 1960, atuando na embaixada de seu país. Nesse período doutorou-se na Escola de Economia da Universidade de Delhi. Regressando a Varsóvia criou, na Escola de Planejamento e Estatística um centro de pesquisas sobre as economias de países subdesenvolvidos. Em 1968, por pedido de Fernand Braudel, passa a compor o corpo docente da hoje École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), onde, em 1985, lançou o Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo. Sachs participou da organização da Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (Estocolmo, Suécia, em 1972), durante a qual surgiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e foi conselheiro especial da segunda Conferência, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Nos anos 1970, Ignacy Sachs lançou os fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de uma nova qualidade de desenvolvimento, alicerçada na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política. Ignacy Sachs, que nessa últimas décadas tem cooperado com frequência com pesquisadores e instituições nacionais, é autor de mais de 20 livros sobre desenvolvimento e meio ambiente, dentre os quais destacamos:

Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento: Padrões de setor público em economias subdesenvolvidas. Petrópolis, Vozes. 1969.

Ecodesenvolvimento : crescer sem destruir. Trad. de E. Araujo. São Paulo, Vértice, 1981.

Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo, Vértice. 1986.

Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. Prefácio: M. F. Strong ; trad. Magda Lopes. São Paulo, Studio Nobel : Fundação do desenvolvimento administrativo (FUNDAP), 1993.

Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

Rumo à Ecossocioeconomia - teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.152 p.

³⁴ Maurice Strong (que fora secretário da Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, 1972) sugere, em junho de 1973, o conceito de ecodesenvolvimento como um estilo de desenvolvimento ajustado às regiões rurais do terceiro mundo, calcado no uso racional e correto dos recursos naturais locais, sem que houvesse comprometimento da natureza, uma vez que em tais locais ainda existia a chance de suas sociedades não se aventurarem no sonho de um crescimento mimético (em relação aos centros desenvolvidos). Depois, em 1974, com a Declaração de Cocoyoc (México), também as cidades do Terceiro Mundo passam a ser pensadas no conceito de ecodesenvolvimento. Nos anos 1980, Ignacy Sachs aprofundou o conceito de ecodesenvolvimento que, depois, suscitaria a reflexão a respeito de desenvolvimento sustentável. Ecodesenvolvimento é a forma de desenvolvimento que incorpora a dimensão ecológica à questão do desenvolvimento. Além de uma profunda mudança na maneira de pensar desenvolvimentista de até então, implica também em todas as formas de consequências práticas para rearranjo das economias a fim de que o intento seja alcançado. Para Sachs “o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo”. Na constatação de Ignacy Sachs, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos, chamada primeiramente de “ecodesenvolvimento” e depois de desenvolvimento sustentável” não se alterou entre 1972 (Estocolmo) e 1992 (Rio). Segundo o autor: “A sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras”.

³⁵ Para conhecimento do processo de evolução do conceito de ecodesenvolvimento ao de desenvolvimento sustentável consultar Philippe Pomier Layrargues, *Do Ecodesenvolvimento ao*

Desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? Proposta, 25 (71): 5-10, 1997, e *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo, Annablume, 1998.

³⁶ BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
MONTIBELLER Filho, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável*. 2a ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 2004. 306 p.
BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro, Sextante, 2004. 320 p.
VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007. 220 p.

³⁷ SAVITZ, Andrew W., WEBER, Karl. *A Empresa Sustentável - O Verdadeiro Sucesso é Lucro com Responsabilidade Social e Ambiental*. São Paulo, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2007. 304 p.

³⁸ Murray Gell-Mann nasceu em Nova York, 15 de Setembro de 1929. Obteve o bacharelado em Ciências na Universidade de Yale, em 1948. Em 1951, doutorou-se em Filosofia, no Instituto de Tecnologia de Massachussets. Em 1969, recebeu o Prêmio Nobel da Física, por suas pesquisas em Física Quântica. Foi ele quem deu o nome às partículas menores, os Quarks, dos quais se constituem os prótons e nêutrons, até então tidos como indivisíveis. É professor emérito de física teórica do Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech). Auxiliou a fundar o Instituto Santa Fé, voltado a trabalhos teóricos de assuntos vistos como sistemas complexos em evolução: mecânica quântica, sistema imunológico dos mamíferos, evolução das línguas e economia global.

³⁹ A calhar, a Folha de São Paulo trazia na edição de 26 de fevereiro de 2008: *SP terá 3ª área metropolitana mais populosa do mundo em 2010, diz ONU*. da BBC Brasil. A população da região metropolitana da cidade de São Paulo continuará a crescer nos próximos anos e chegará a 2010 como a terceira maior do mundo, com cerca de 19,6 milhões de habitantes, de acordo com um relatório divulgado pela ONU (Organização das Nações Unidas) nesta terça-feira. Segundo o documento, intitulado *Perspectivas Mundiais de Urbanização - Revisão de 2007*, a região da capital paulista vai refletir a tendência mundial de aumento da população urbana, que afetará principalmente os países em desenvolvimento. A área metropolitana de São Paulo ocupa, no momento, a quinta posição no ranking de população do relatório, com 18,8 milhões de habitantes --atrás de Tóquio (35,7 milhões), Nova York, Cidade do México e Mumbai (todas com 19 milhões). As projeções indicam que, por volta de 2025, a região voltará novamente à quinta posição mundial, quando Tóquio (36,4 milhões) Mumbai (26,4 milhões), Déli (22,5 milhões) e Dhaka (22 milhões) vão ter populações maiores. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u376310.shtml>

⁴⁰ Nicholas Georgescu-Roegen nasceu na Romênia, a 4 de fevereiro de 1906 e faleceu em Nashville, Tennessee, a 30 de outubro de 1994). Foi matemático, estatístico e economista. Diplomou-se em 1926, em matemática, na Universidade de Bucarest. Depois, tendo vencido um concurso, foi a Paris, onde estudou estatística e economia. Em 1930 obtém seu doutorado e vai, então, a Londres, para estudos de dois anos no University College, com Karl Pearson. In 1932, volta para sua pátria e se torna professor de estatística da Universidade de Bucarest até 1946. De 1950 a 1976 ele foi professor da Universidade Vanderbilt. Nicholas Georgescu, que foi um discípulo do renomado economista Joseph Schumpeter, fez-se muito conhecido com sua obra de 1971 *A Lei da Entropia e o Processo Econômico (The Entropy Law and the Economic Process*, Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts), que é considerada o livro que abre o campo da termoeconomia. Nele o autor considera que a segunda lei da termodinâmica rege também os processos econômicos (a energia livre útil tende a se dispersar ou ficar perdida na forma de "energia ligada"). Nicholas Georgescu-Roegen (bem como os estudos divulgados pelo Clube de Roma) julga haver uma impossibilidade de compatibilizar conservação ambiental e crescimento econômico. O pesquisador romeno argumentou que em um sistema fechado como a Terra, a matéria se dissipa tanto quanto a energia, e afirmou que a exaustão de recursos materiais poderia ser mais importante do que a energia para limitar o crescimento. Assim, de acordo com a lei da entropia, as atividades econômicas gradualmente transformam a energia de baixa entropia (energia livre, útil) em forma de calor tão difusa (alta entropia) que se torna inutilizável. A conclusão é que ao utilizar diversos recursos naturais na atividade econômica, muitos deles não se recuperam, o que nos deve

levar a uma atitude crítica de cuidado e estudos. Dessa forma o autor colaborou enormemente para a Bioeconomia (termo cunhado num seu artigo de 1977) e para a Economia Ecológica.

⁴¹ Serge Latouche nasceu em Vannes, França, em 12 de janeiro de 1940. É um economista e filósofo discípulo de François Partant, tendo sido membro fundador e ex-presidente da *La ligne d'horizon*, associação cujo objetivo é prosseguir as reflexões de Partant. Latouche desenvolveu trabalhos de Antropologia econômica e uma crítica à ortodoxia econômica. Denunciou o economicismo e o utilitarismo nas Ciências Sociais e combateu, por uma argumentação teórica consistente bem como por uma abordagem empírica, formada de numerosos exemplos, o conceito de desenvolvimento e as noções de eficácia e racionalidade econômica. Tem-se destacado como oponente do consumismo e da racionalidade instrumental, contrário à ocidentalização do planeta. e vem atuando em diversas frentes na elaboração do conceito de pós-desenvolvimento. É um dos contribuintes históricos de *La Revue du MAUSS (Mouvement anti-utilitariste en sciences sociales)*, é professor emérito da Faculdade de Direito, Economia e Gestão Jean Monnet da Universidade de Paris - XI (Paris-Sud), em Sceaux, e no *Institut d'études du développement économique et social (IEDS)* de Paris, e dirige o *Groupe de Recherche en Anthropologie, Épistémologie et Économie de la Pauvreté (GRAEEP)*. Sua obra é composta por inúmeras publicações, com os seguintes lançamentos em português:

A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. ("L'occidentalisation du monde"). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Os perigos do mercado planetário ("Les Dangers du Marché Planétaire"). Lisboa: Instituto Piaget, D.L. 1999.

Análise econômica e materialismo histórico ("Le Projet marxiste : Analyse économique et matérialisme historique"). Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

⁴² SCHUMACHER, Ernst Friedrich. *Small is Beautiful: A Study of Economics As If People Mattered* Londres, Blond & Briggs, 1973 (ISBN 0-06-131778-0); uma edição de 25º. aniversário foi publicada: ISBN 0-88179-169-5.

⁴³ Em 1991, o nome desse importante autor foi criado o *Schumacher College*, no sul da Inglaterra, instituição acadêmica voltada a promover a união entre a ciência e a filosofia e uma das mais respeitadas no estudo do ambientalismo. Seus cursos, como o mestrado em Ciência Holística, atraem gente de todo o mundo. Entre seus professores alinham-se o filósofo Arne Næss, o físico Fritjof Capra, o biólogo James Lovelock, e Stephan Harding, professor de Ciências Holísticas, todos famosos por suas idéias inovadoras.

⁴⁴ VEIGA, José Eli da. *Meio Ambiente & Desenvolvimento*. São Paulo: SENAC, 2006.